

Turismo em Natal/RN: De Frente para o Mar, De Costas para a Cidade

Michel Jairo Vieira da Silva, Msc.¹

Lore Fortes, Dra.²

Resumo

A partir de uma análise fenomenológica, de caráter qualitativo, este artigo tem a pretensão de contextualizar historicamente o fenômeno turístico na cidade de Natal – RN, apontando as principais ações e programas que nortearam o desenvolvimento do turismo na capital potiguar nos últimos 50 anos. Ao fazer uma pesquisa bibliográfica, documental e fílmica (documentário local), o trabalho também se dedica, na mesma medida, a levantar o desenvolvimento lento e inexpressivo socioespacialmente (ausência de apoio e investimentos governamentais) de grande parte da cidade - áreas de favelização e exclusão social. Ao fazer isso, faz-se aqui uma breve comparação entre os espaços turísticos, representados pela agora sofisticada e estruturada Praia de Ponta Negra e a Via Costeira, e a infra-estrutura decadente e segregada dos moradores da periferia. Esse enfrentamento acaba por permitir o entendimento de que muitos e prioritários são os investimentos governamentais em uma pequena área da cidade (turística), sendo os louros desses recursos concentrados nesta mesma área, não alcançando outras parcelas da população, principalmente a mais pobre, que se encontra ilhada numa realidade discrepante e desassistida.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Natal-RN. Desigualdade Social.

Introdução: De Frente Para Natal

Fundada ainda no período das chamadas Coroas Ibéricas (1580-1640), sendo local de apoio, defesa de território, fluxo e escoamento das primeiras navegações portuguesas ainda no século XVI, a cidade de Natal, que foi instituída em 25 de dezembro de 1598 após a conclusão da Fortaleza dos Reis Magos às margens do Rio Potengi, teve antes da chegada dos portugueses, como primeiros habitantes os índios Potiguares. Estes que, inicialmente pouco

¹ Mestre em Turismo pelo PPGTUR (UFRN), Professor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – RN (Hotel Escola Senac Barreira Roxa). E-mail: micheljvs@hotmail.com

² Doutora em Sociologia pela UNB, Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: loref45@hotmail.com

adaptados e bastante hostis a presença dos lusitanos, foram perdendo território, ora migraram, ora se miscigenaram, quando não, foram exterminados pelos colonizadores portugueses em batalhas que contaram também com personagens-exploradores franceses e holandeses em diversos períodos da história colonial do RN.

Na condição de cidade sede da capitania hereditária do Rio Grande da colônia de Santa Cruz (Brasil), Natal tem seu contexto histórico marcado por um desenvolvimento lento, atrelado a sua posição de pouco destaque na colônia, servindo no primeiro momento como ponto de controle de território apossado pelos portugueses. As atividades econômicas durante os primeiros séculos voltaram-se para a negociação e distribuição (portuária) da cana-de-açúcar, da pecuária, atividade pesqueira, e da cotonicultura (CASCUDO, 1984). Cultura essa última que emerge a partir do século XVIII no Rio Grande do Norte, e que nos séculos seguintes (principalmente durante o século XX) promoveu também a criação de pólos industriais de produção têxtil.

Com coordenadas geográficas 5° 12' 42" de latitude e 35° 12' 34" de longitude oeste, mais precisamente cravada sob a costa oriental do estado do RN (aspecto determinante para o apelo turístico atual), o município de Natal conta com uma área de 169,9 km² e cerca de 803.811 habitantes (IBGE, 2010). A vegetação ainda presente é de característica dunar com elementos da Mata Atlântica e ecossistemas de manguezal, sendo a cidade cortada pelos rios Pitimbu e Potengi (importante estuário que historicamente contribuiu para o escoamento e chegada de produtos e habitantes).

Natal: De Frente Para O Turismo

Apenas nas últimas décadas do século XX o fenômeno turístico passa a ser visto como impulsionador da economia local, que anteriormente estava alicerçada no comércio local, nas bases militares e desenvolvimento da indústria têxtil (que sinalizava passar por uma crise). O discurso turístico surge como possibilidade de criação de empregos, arrecadação, distribuição de renda e desenvolvimento. O desenvolvimento (conceito conflituoso observado nesta investigação) mais exclusivamente evidenciado pelas mudanças infra-estruturais (espaciais), socioculturais, econômicos (paradoxais e conflitantes), que dão ao turismo e sua ação sobre o

urbano posicionamentos de encantamento, como também de incerteza sobre sua função de promotor de um “desenvolvimento libertador”³ (SEN, 2000).

Com temperatura média anual de 26°C (fator também determinante para a prática de turismo binário sol & praia), extensa área litorânea composta por praias que, em parte, compõem o cenário – produto turístico conhecido nacional e internacional *Cidade do Sol*, Natal na égide do turismo, vem transformando-se espacial e socialmente de maneira bastante rápida, resultado da necessidade de adequação a pressão dos

processos socioeconômicos de âmbito global, especialmente quando se trata da atividade turística fundamentada na diferenciação, no uso e no consumo do território. Nesse contexto, ressalta-se a valorização do espaço litorâneo do Nordeste brasileiro, que, a partir dos anos 1990, começou a atrair investimentos internacionais motivados por políticas públicas de turismo implementadas na região. (FERREIRA; SILVA; FONSECA, 2009, p. 117).

Essas mudanças, que vêm alterando a imagem da cidade – principalmente nos espaços de trato do turismo – surgem da pressão global e de olhar sobre o potencial de negócio privado na cidade. Mas foi e é o poder público o grande articulador de ações e políticas (programas de fomento e incentivo) que abriu espaço para a trajetória do turismo em Natal nos últimos 50 anos, sempre o considerando enquanto discurso, a atividade como saída para os problemas de crescimento populacional e desemprego, falta de arrecadação e declínio da atividade industrial na região.

A atividade turística como setor orientado politicamente de maneira estruturada no Brasil surge na primeira metade do século XX. Porém o marco inicial para a atividade que se desenvolveria e tornaria a capital potiguar em um destino turístico se dá apenas a partir da década de 1960, quando se tem registro do primeiro equipamento turístico em Natal que tinha como cenário a praia – atualmente seu principal elemento captador de visitantes. No ano de 1965 foi inaugurado na praia do Meio (principal praia urbana da época e turística posteriormente) o Hotel Internacional dos Reis Magos (Figura 01). Resultado da iniciativa do então governador Aluísio Alves, o projeto de construção contou com recursos da Aliança para o Progresso, do BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento) e do Governo Federal, através das ações da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), órgão

³Conceito de Desenvolvimento – com liberdade - desatrelado a ideia de crescimento unicamente econômico, mas que envolva outros elementos, principalmente os sociais de qualidade de vida, estendendo-se por participação pública nas decisões de governo, benefícios diretos e valorização do povo.

este que, visando minar a desigualdade socioeconômica presente no país, nortearia também outras ações fundamentais para a adequação infra-estrutura da cidade para o turismo.

Figura 01 – Imagem Panorâmica vista da Ladeira do Sol durante a década de 1960, destacando o Hotel Internacional Reis Magos e a orla da praia do Meio - Av. Circular, hoje chamada de Pres. Café Filho, Natal-RN



Fonte: www.natalguia.com.br, acessado em 10 de Janeiro de 2011.

Com requinte e qualidade nunca vistos na cidade de Natal, o estabelecimento torna-se referência de hospedagem e lazer (visitantes e elite local), posição que antes era do Grande Hotel, localizado no bairro da Ribeira (Bairro Portuário). Este que representava uma estrutura hoteleira mais voltada para “dentro” da cidade (empresários, políticos e militares) e não para o litoral, que agora estava sendo explorado para a formação do que hoje se conhece como principal produto turístico Natal: a praia.

Dando continuidade ao processo de “turistificação”, se pôde apontar a criação no ano de 1971 da EMPROTURN, órgão de instância estadual que tinha como disposição o alavanche do setor ainda incipiente do turismo no estado. Elegendo a motivação turística do binômio “Sol & Mar” como principal elemento a ser difundido, o órgão buscava investigar maneiras e fomentar a atividade no Rio Grande do Norte, principalmente na região da Grande Natal, inventariando e divulgando os atrativos desse novo destino.

Em paralelo, e de certa forma “arrumando a casa” para a prática da atividade, durante a década de 1970, Natal participa do programa federal *Cidade de Porte Médio*, recebendo incentivos para obras para melhoramento de vias, ações de drenagem, transporte, e até mesmo desenvolvimento de artesanato (FURTADO, 2008). E ao se mostrar mais modernizada, principalmente em áreas de elite, mune a cidade de elementos estruturais relevantes para a atividade turística de fluxo nacional que aos poucos se apresentava.

Porém, é apenas no final dessa década que talvez a página mais importante do fomento do turismo é lida. Mesmo considerada uma obra polêmica ambiental, social e economicamente, é inaugurada a emblemática Via Costeira (projeto Parque das Dunas Via Costeira, elaborado pelo decreto nº 7.538 – Figura 02). Essa obra ligava através de uma estrada litorânea o centro da cidade de Natal e a então praia de veraneio Ponta Negra. Para além da estrada, o projeto contava com incentivos para a construção de um pólo de hotéis de luxo à margem da via, que se localizava em área de preservação ambiental – Parque das Dunas.

No que se refere ao crescimento do turismo, a construção da Via Costeira foi um marco inicial para lançar de vez Natal no competitivo mercado nacional (e posteriormente internacional) de turismo. Assim, não se pode negar que a Via Costeira se constitui do primeiro grande empreendimento turístico da cidade que envolveu governos e empresas privadas. (FURTADO, 2008, p. 146)

A partir da política de Mega Projetos, que correspondia “a prática de implantação de grandes projetos turísticos, levando a cabo por governos de 7, dos 9 estados nordestinos, cada qual agindo no âmbito estadual” (CRUZ, 1999, p. 264), o governo do Rio Grande do Norte no ano de 1979 deu início, com recursos do II Plano Nacional de Desenvolvimento, a esta obra que seria entregue apenas no ano de 1983, e que pretendia dotar a cidade de um sistema hoteleiro com maior quantidade de leitos e mais sofisticados, buscando tornar a cidade mais competitiva no cenário turístico interno e externo, financiando o fomento da atividade e dando crédito para as empresas que queriam investir no ramo.

A implantação do Projeto Parque das Dunas Via Costeira só pode ser compreendida, portanto, segundo sua contextualização, que envolve, de um lado, o desejo da iniciativa pública em desenvolver o potencial turístico do Estado através de sua capital e, de outro, a pressão urbana do município de Natal sobre um trecho de sua orla de localização bastante valorizada e, até então, não integrado à cidade (CRUZ, 1995, p. 42).

Figura 02 – Imagem aérea recente de parte da Via Costeira, Natal-RN



Fonte: www.eit.com.br, acessado em: 27 de dezembro de 2010.

Dando continuidade a um processo de investimentos e políticas públicas que muniram os espaços potencialmente turísticos de recursos para o andamento da atividade, surgem outras iniciativas, destacando-se o PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo) iniciado em 1995. Esse programa, apesar de imprimir objetivos de melhoria da qualidade de vida da população através do desenvolvimento do turismo, em sua primeira etapa (1995-2002) se dedicou não apenas à capital, mas a parte da região costeira do RN, principalmente na Grande Natal, através de uma ação eminentemente de melhoria da infraestrutura, apresentando-se como uma política pública urbana.

Dentre as ações pode-se elencar ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo (Município de Parnamirim), pavimentação de vias (Rota do Sol, sentido litoral Sul, e prolongamento da BR 101 até o município de Touros), saneamento, áreas de lazer, como é o caso da urbanização da praia de Ponta Negra, obra iniciada em 1999 e entregue no ano de 2002.

A segunda etapa do PRODETUR ainda está em andamento, e para além de buscar melhoramento infra-estrutural (Aeroporto Internacional de São Gonçalo, por exemplo), atendeu também a programas de qualificação profissional, principalmente nos municípios que fazem parte do Pólo Costa das Dunas (outro exemplo de instrumento político atual de

fomento coletivo e articulado de municípios turísticos), do qual Natal faz parte. Essa segunda etapa do programa marca o olhar público não apenas para a ordenação do entorno para atender a atividade turística, mas também do fator social, da força de trabalho para a execução de serviços, oferecendo cursos de garçom, cozinheiro, auxiliar de turismo pontual, recepcionista, organizador de eventos, artesanato, entre outros (cerca de 7.766 pessoas qualificadas este ano – dados cedidos pelo SENAC-RN, 2010).

Em paralelo a esse projeto de urbanização da orla de Ponta Negra (Figura 03), o próprio bairro, diante também do acesso facilitado pela Via Costeira, apelo paisagístico, estrutura periférica (sofisticação, ordenamento e segurança superiormente discrepante de grande parte do resto da cidade) recebeu olhar de investimento privado nacional e estrangeiro, transforma-se rapidamente para atender o turista brasileiro, mas também o cada vez mais frequente e esperado, o capitalizado turista estrangeiro (europeu).

Figura 03 – Vista panorâmica da infra-estrutura e serviços oferecidos na praia de Ponta Negra, Natal-RN



Fonte: www.pbse.com.br, acessado em 02 de janeiro de 2011.

Com a criação de infra-estrutura repleta de restaurantes com cardápios cada vez mais internacionais, hotéis das mais diversas categorias e preços, pousadas, *night clubs*, casas de cambio, centros de artesanato e *Shopping Centers*, e expandindo e consolidando essa região

(Bairro de Ponta Negra e Via Costeira e escoamento facilitado tanto para o litoral sul, como norte – construção da Ponte Newton Navarro – Figura 04) como centro exclusivamente turístico, receptor de turistas brasileiros e estrangeiros (processo crescente de investimento internacional e fluxo estrangeiro através de vôos *charters* europeus e efetiva divulgação internacional do destino).

Figura 04 – Ponte Newton Navarro, Natal-RN



Fonte: Banco de Dados do Autor, 2010.

Turismo: De Costa Para Natal

Entretanto o que se pode perceber é que tanto as obras quanto os benefícios oriundos do fomento da atividade é segmentado e o “bem-viver” experienciado nessa região, a segmenta espacial e socialmente e torna díspar de grande parte da cidade, fracionando o urbano em: turístico, para elites, e para maioria pobre (FURTADO, 2008). Existe quem comungue da ideia de que “as alterações que acontecem nesses espaços afetam paradoxalmente a população residente: se de um lado, o turismo é um potencial gerador de postos de trabalho e conseqüente ativador das economias, por outro, se constitui em um forte mecanismo de exclusão socioespacial”. (FURTADO, 2008, p. 20). E esse impacto último pode ser refletido em dados de imprópria distribuição de renda, discrepância nas condições de

saneamento básico na periferia da cidade, estatística de pobreza e violência, condições de transporte e acesso a espaços agora quase que “exclusivamente” turísticos, práticas culturais e de lazer distintas e segregadas, entre outros aspectos preocupantes observados em toda a Região Metropolitana de Natal.

Numa síntese geral da realidade socioeconômica da Região Metropolitana de Natal, seria possível afirmar que há processos de segmentação e segregação socioespacial e de exclusão social desencadeados por essa segregação socioespacial revelados pela situação de pobreza que se faz presente em toda a região. Mesmo em Natal, onde os indicadores sociais são melhores, essa realidade é marcante na sua realidade social. (CLEMENTINO; PESSOA, 2009, p. 84)

A maioria das benesses estruturais edificadas pelas ações que envolvem o interesse turístico, à medida que grande parte da população natalense ainda vive sobre baixo e lento ritmo de desenvolvimento-progresso, acentuam a necessidade de maior investigação acerca de quais são as condições infra-estruturais e sociais da periferia potiguar - do outro extremo da cidade - o lado não turístico. A população dessa grande área que compreende Natal certamente não se reconhece assistida por incentivos e programas em geral do Governo, nem muito menos pelo alto investimento público no turismo, visto que se encontram à margem, sob uma realidade de sérios problemas de ordem sanitária, moradia (Figura 05), acesso, transporte, comunicação, educação (Figura 06), segurança, saúde – aspectos bem oportunizados nas áreas turísticas.

Figura 05 – Panorama de parte da comunidade de Novo Horizonte (Favela do Japão)



Fonte: Documentário “As Ruas do Rio”, Natal, 2009.

Figura 06 – Crianças brincando próximo a canal a céu aberto



Fonte: Documentário “As Ruas do Rio”, Natal, 2009.

Considerações Finais: Natal de Costas Pro Mar

O lucro dos investimentos no fenômeno turístico retorna e permanece na mesma área onde se desenvolve (Praia de Ponta Negra e Via Costeira), permitindo realidade desigual e segregada. O governo aplica recursos no turismo (principal setor econômico local), voltando-se para a qualidade estrutural do produto “litorâneo” e negligencia a realidade miserável de uma parcela relevante da cidade. O que se vê é que o bônus do turismo não se estendendo para grande parte da população (emprego e retorno de arrecadação) como se discursa, e para além, ainda priva indiretamente o acesso do menos favorecido á áreas turísticas da cidade (incapacidade de consumo).

Fazendo um apanhado sucinto da trajetória da atividade turística na cidade de Natal, e reconhecendo sua evolução, como também as contradições entre o que o turista vive e grande parcela da população vive (principalmente as regiões de favelização e descaso público), é possível sinalizar para a gritante segregação socioespacial oriunda, assim como outros setores, da atividade turística. Levando em consideração aspectos de desenvolvimento ou (in)evolução social, o resultado é a discrepância de realidades vividas no urbano entre visitantes e visitados, o extremo entre a periferia do prazer e a periferia do abandono.

Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: mar. 2010.
- CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CLEMENTINO, M. L.; PESSOA, Z. Tipologia socioespacial numa metrópole em formação: a RMNatal. In: CLEMENTINO, M. L.; PESSOA, Z. (Orgs.) **Natal: uma metrópole em formação**. Natal: EDUC, 2009.
- CRUZ, R. C. A. **Turismo e impactos em ambientes costeiros**: Projeto Parque das Dunas via Costeira, Natal (RN). (Dissertação de Mestrado): USP, São Paulo, 1995.
- FERREIRA, A.; SILVA, A. F.; FONSECA, M. P. Dinâmica imobiliária, turismo e meio ambiente: novos cenários metropolitanos. In: CLEMENTINO, M. L.; PESSOA, Z. (Orgs.) **Natal: uma metrópole em formação**. Natal: EDUC, 2009.
- FURTADO, E. **A onda do turismo na Cidade do Sol**. Natal: EDUFRN, 2008.



VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
02 e 04 de outubro de 2011 – UNIVALI– Balneário Camboriú/SC

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo:
Companhia das Letras, 2000, p. 27-71.